



O tema da globalização no ensino da geografia: concepções e práticas de ensino

Alan Fernandes Santos *

Resumo: Este artigo visa apresentar parte dos resultados da pesquisa realizada em 2012, que analisou as concepções e práticas de ensino de geografia utilizadas para lecionar o tema da globalização, no ensino médio, em três escolas públicas estaduais de Florianópolis. Delimitou-se uma fundamentação teórica que a identificou no processo de desenvolvimento do capitalismo, bem como os fatos e os mitos atribuídos a este fenômeno. Foi adotada uma abordagem qualitativa indutiva e um enfoque interpretativo dialético da realidade, possibilitando constatar uma semelhança nas práticas de ensino utilizadas pelos professores e diferentes concepções sobre a globalização, evidenciando a confusão teórica acerca do tema.

* Graduado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestrando em Geografia na UFSC.

The globalization theme in geography teaching: conceptions and teaching practices

Abstract: This article presents part of the research's results conducted in 2012, which analyzed the concepts and practices of teaching geography used to teach the theme of globalization, in high school, in three public schools at Florianópolis. It was delimited a theoretical fundamentation that identifies the development of capitalism process, as well as the facts and myths attributed to this phenomenon. It was adopted an inductive qualitative approach and a dialectical interpretative focus of reality, enabling find a similarity in practices teaching used by teachers and different conceptions of globalization, evidencing a theoretical confusion about the theme.

Palavras-chave:

Globalização, ensino de geografia, práticas de ensino.

Key-Words:

Globalization, geography teaching, practices teaching.

Introdução

Com o fim da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, surge um novo panorama histórico. Configurava-se uma nova ordem mundial, que indicava um rearranjo geopolítico das potências mundiais. Este momento é determinado por uma nova fase da expansão capitalista, caracterizada pelo aprofundamento e espraiamento das relações econômicas, sociais, culturais e políticas. Diante deste novo contexto, nas últimas três décadas delineou-se um fenômeno que se materializa na vida das pessoas, influenciando no que sabem, pensam e conhecem. A este processo contínuo de mudanças em escala local e mundial, se intitulou e popularizou o conceito de globalização.

Entretanto, esta definição de globalização permeia o senso comum e necessita de compressões e análises baseadas cientificamente. Sendo assim, a globalização tornou-se um importante tema de estudo em várias áreas como geografia, economia, sociologia e educação. Além disso, muitos teóricos dedicaram seus estudos a este tema, pesquisando sua origem, causas e consequências.

Diante destas considerações, observou-se a necessidade de tentar compreender como determinadas relações e aspectos deste fenômeno, a globalização, vêm sendo lecionados no ensino da geografia. Para o mesmo, se instituiu uma problemática que buscou analisar quais as concepções e práticas de ensino de geografia são utilizadas pelas escolas e seus professores na temática da globalização, no ensino médio. Para o mesmo foram selecionadas três escolas públicas estaduais do município de Florianópolis

A estrutura de apresentação da pesquisa inicia-se abordando a fundamentação teórica relativa à globalização, identificando, relacionando e reconhecendo-a no desenvolvimento histórico do capitalismo. Em seguida, explicitamos os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo, bem como os resultados e as conclusões obtidas com o mesmo.

A construção histórica da globalização

Um debate em torno da globalização necessita situá-lo dentro do processo histórico de expansão capitalista, pois ela não é um fenômeno atemporal e desconectado das inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e tecnológica que aconteceram em anos precedentes.

Vale observar, que se acredita na versão da globalização como um fenômeno influenciado diretamente pela sua conjuntura econômica e, portanto, questionar uma economia global, certamente minimiza outros exemplos e consequências de cunho cultural, político e social.

Compreende-se a globalização para além de um fenômeno expansionista, mas, sobretudo, uma apropriação de espaços, onde o avanço não é só comercial e político, mas principalmente ideológico. Presente na dinâmica do capitalismo, a globalização necessita de um recorte histórico para ser entendida. Diante do exposto, considerou-se discutir o imperialismo, o liberalismo e o neoliberalismo econômico como momentos e conjunturas históricas indispensáveis a uma análise crítica sobre o tema em questão. Além disso, arguiu-se o questionamento se a globalização, enquanto fluxo de produtos e pessoas, é algo inerente ao atual período histórico ou remonta a tempos pretéritos.

As mudanças entre os séculos XIX e XX sinalizaram profundas mudanças, num contexto internacional de graves tensões políticas, econômicas e militares. O imperialismo surgiu como um conceito e uma etapa do capitalismo onde se modificam as bases econômicas e geopolíticas para o desenvolvimento capitalista recente.

Durante este período, teóricos do movimento socialista evidenciavam em seus estudos e publicações as alterações recorrentes ao imperialismo, como as guerras, a formação de cartéis e trustes e a evolução na ordem civilizatória do capitalismo. Dentre eles, se pode

citar John A. Hobson e Rudolf Hilferding, que publicaram respectivamente as obras: “*Imperialismo, um estudo*” em 1902 e “*O capital financeiro*” em 1910. Posteriormente, os socialistas russos indicaram uma proeminente posição sobre o imperialismo que se fez destacar. Nikolai Bukhárin, em 1915, centra suas opiniões sobre o imperialismo ao caracterizá-lo pela existência de monopólios e pela exportação de capitais.

Contudo, foi Vladimir Lênin que, sintetizando as contribuições dos autores mencionados anteriormente, publicou em 1916 o livro “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, no qual evidenciava este fenômeno para além de um processo econômico. Ele o coloca como um momento ímpar e singular no momento histórico, onde o capitalismo elevava-se a um patamar nunca visto antes e configurava-se em sua fase monopolista. Para Lênin (2008), o capitalismo transformou-se em imperialismo quando atingiu um grau muito elevado de desenvolvimento, quando algumas de suas características fundamentais começaram a transformar-se na sua antítese, ou seja, quando a livre concorrência foi substituída pelos monopólios capitalistas.

Portanto, muitos dos argumentos demonstrados anteriormente estabelecem conexão com nossa atualidade. Apesar de circunscrito num determinado período histórico, as bases e características do imperialismo ganham similitude com o presente e se desenvolvem, aprimoram-se e constroem novos significados e conceitos. O liberalismo e o neoliberalismo que serão vistos e discutidos adiante, representam justamente isto, uma nova conjuntura histórica e geopolítica, mas que nunca deixaram de ter os traços essenciais do imperialismo.

O liberalismo pode ser entendido como um momento transitório e de passagem entre o imperialismo e a crise de 1929. Seu período histórico coincide com a 2ª Revolução Industrial e todo o desenvolvimento que ele acarretou. Porém, esta teoria e prática econômica remontam ao mercantilismo econômico do século XVIII, vista a necessidade à época de estabelecer novas regras e padrões para o avanço do capitalismo. Seu principal teórico, Adam Smith, publicou em 1776 o marco fundamental do liberalismo econômico, o livro “*A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*”, no qual fez duras críticas à política mercantilista e seu controle irrestrito na economia. Assim, Smith (1988) defende a livre concorrência e a lei da oferta e da procura. Para o autor (ibidem), a regulação da economia e da sociedade seriam feitas por meio da “mão invisível” do mercado, que promoveria desenvolvimento e benefícios aos Estados e as pessoas.

Em suma, o liberalismo propunha a liberdade econômica e a eliminação de qualquer interferência externa do Estado às relações econômicas (governo limitado). Na medida em que o Estado, no capitalismo, não institui e não concede a propriedade privada, não tem poder para interferir nela. “Tem sim a função de arbitrar e não de regular conflitos que possam surgir na sociedade civil” (HÖFLING, 2001, p. 36). Para Smith (1988, p. 243),

uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seus próprios interesses, a seu modo, e faça com que tanto seu trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas. O soberano fica totalmente desonerado de um dever que, se ele tentar cumprir, sempre o deverá expor a inúmeras decepções e para essa obrigação não haveria jamais sabedoria ou conhecimento humano que bastassem: a obrigação de superintender a atividade das pessoas particulares e de orientá-las para as ocupações mais condizentes com o interesse da sociedade.

O aporte liberal declinou com a Grande Depressão de 1929, persistindo ao longo da década de 30 até o início da Segunda Guerra Mundial. De certa forma, seu efeito catastrófico recolocou em foco o papel do Estado como mantenedor da economia e da sociedade. Isto é claro ao se verificar as políticas do *New Deal*, do presidente americano Roosevelt en-

tre 1933 e 1945, que tinha como objetivo reformar e recuperar a economia norte-americana ou ainda os regimes de extrema direita, como o nazismo de Hitler, na Alemanha.

Deste modo, o capitalismo em seu processo crescente de expansão teve que, neste período, retroceder os seus objetivos liberais e condicionar suas decisões ao Estado. As teses de John Maynard Keynes retratam justamente isto. A chamada escola Keynesiana propôs uma economia de Estado intervencionista, utilizando medidas monetárias e fiscais para mitigar as crises oriundas dos ciclos econômicos em conjunto com o fordismo (universalização do modelo produtivo americano pautado no consumo e na produção em massa).

A política keynesiana e a sua regulação econômica provaram que é possível aumentar (...) o nível de funcionamento da economia e melhorar seu desempenho, por meio de taxas de crescimento fortes sustentadas por políticas de pleno emprego e de redução das desigualdades (VERGOPOLUS, 2005, p. 44).

O conjunto de medidas propostas por Keynes foi definido como política de “Estado de Bem-Estar Social” e possuiu segundo Roche (1992), três fases importantes: a primeira foi a defesa do pleno emprego como meio de regulação econômica e social; a segunda foi a construção da seguridade social, que uniu ações no âmbito da assistência social, saúde, trabalho e educação; e o terceiro foi a sistematização dos direitos de cidadania, que rompeu com a visão que aliava a política social ao paternalismo.

Nesse sentido, avalia-se que o “Estado de Bem-Estar Social” surgiu como um contraponto aos ideais liberais, do livre mercado e da função do governo como mero coadjuvante nas decisões da sociedade. As políticas executadas nos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial demonstraram e confirmaram a possibilidade do Estado como regulador da economia e promotor do desenvolvimento social.

Do mesmo modo, também considera-se que os programas de recuperação da economia norte-americana realizados entre 1933 e 1937, pelo presidente Franklin Delano Roosevelt e denominado “*New Deal*”, assumiram o mesmo caráter de Estado concentrador das funções econômicas, políticas e sociais, e contrário ao liberalismo. O “*New Deal*”, por exemplo, tinha projetos relacionados a grandes investimentos em obras públicas, o controle sobre os preços e a produção, a diminuição da jornada de trabalho e a destruição dos estoques agrícolas, para conter a queda dos seus preços.

A política neoliberal surgiu como um contraponto e crítica ao modelo Keynesiano, ao “*New Deal*” e ao “Estado de Bem-Estar Social”, creditando o alargamento da crise econômica a este modelo intervencionista do Estado. Vale observar que o prefixo “neo” de neoliberal não se configurou com um novo tipo de teoria econômica e política, mas apenas colocou historicamente as mesmas ideias liberais em uma nova conjuntura histórica. Desta forma, considera-se mais condizente chamá-lo de “paleoliberalismo”, pois a corrente “neoliberal” não conferiu status de novidade a um fenômeno ideológico que representou, na verdade, uma volta ao passado e não incorporou nada de novo ao velho liberalismo (BATISTA JUNIOR, 1998).

Portanto, para Vidal (2006), é na sua representatividade histórica que o neoliberalismo ganha especial sentido, simbolizando uma aguda reação ideológica contrária aos mecanismos de controle estatal, principalmente aqueles destinados a promover o planejamento da economia e alguma homogeneização nas sociedades nacionais do chamado capitalismo avançado (pela implementação progressiva dos direitos sociais e coletivos, basicamente). Assim, foi um renascimento do pensamento liberal, só que com uma maior sofisticação teórica formal e, sobretudo, em um contexto histórico marcadamente diferenciado daquele em que os pensadores clássicos do liberalismo econômico expuseram suas ideias centrais.

A teoria neoliberal novamente colocou em voga o livre mercado como característica

primordial para o desenvolvimento econômico e social. Assim, devido ao longo período de prosperidade (quase 40 anos de crescimento) que se desenvolveu o mundo ocidental após a Segunda Guerra, as diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas mantiveram, por algum tempo, os neoliberais na “clandestinidade”. Mas a partir da crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária que surpreendeu os Estados de Bem-Estar-Social, o neoliberalismo voltou à cena, responsabilizando os impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. Para os chamados “neoliberais”, o Estado deve ser desmontado e gradativamente desativado, com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto os sindicatos deveriam ser esvaziados a partir de uma retomada da política de desemprego, contraposta à política keynesiana do pleno emprego (NASCIMENTO, 2006).

Entre a ascensão e a queda das políticas neoliberais, as economias dos países mais poderosos estiveram dirigidas a uma desregulamentação de vários mercados, ao aumento da competitividade internacional e à privatização de certas empresas. Sobretudo, nos Estados Unidos e Inglaterra, tais medidas se complementaram com a diminuição de impostos sobre as camadas mais ricas da população e cortes importantes de gastos sociais.

Ao retratar os condicionantes históricos da globalização, deve-se avaliar como este neoliberalismo atuante nas duas últimas décadas do século XX se firmou na América Latina. Neste cenário, é inegável o entendimento que o “Consenso de Washington”, organizado em 1989, foi o evento que ordenou e articulou o avanço neoliberal nos países latino-americanos. Segundo Batista (1994), no encontro reuniram-se funcionários do governo norte-americano, do FMI, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo os últimos especializados em questões latino-americanas. Além disso, foram convidados economistas latino-americanos que relataram suas experiências nos países de origem. O encontro foi convocado pelo *Institute for International Economics*, com o título “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*”, e tinha como objetivo proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Ao final, as seguintes regras foram definidas:

(...) Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; (...) Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; Privatização, com a venda de empresas estatais; Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e Propriedade intelectual (NEGRÃO, 1998, p. 41-42).

Nesse momento, os países da América Latina se encontravam em grave crise financeira, criada e gestada no período das suas inúmeras ditaduras militares e, muitas vezes, influenciadas pelos ideais neoliberais descritos anteriormente. Contudo, as reais origens dos problemas latino-americanos foram deturpadas. A crise histórica e influenciada pelas decisões dos Estados Unidos foi trocada pelo discurso ideológico, do total “fracasso” do Estado em gerir sua economia. O contexto de crise, aliado à veemente necessidade de reformas e controle de gastos, trouxe à América Latina um momento histórico caracterizado por profundas transformações de cunho econômico e perdas a nível social. Isto porque, nas indicações do “Consenso de Washington” o controle econômico (dívida externa, taxa

de juros e inflação) era prioritário, nem que para isso os recursos destinados às áreas sociais fossem reduzidos (BATISTA, 1994).

Segundo Silva (2005), nos anos de 1990 esta política neoliberal foi implementada no Brasil gradualmente e em conjunto com as elites dominantes e o governo federal. Assim, o Estado nacional desenvolvimentista foi desmontado para dar lugar ao que a autora chama de “homens de negócio”, que nada mais são do que credores privados e acionistas de empresas transnacionais, que defendem um Estado aliado aos interesses do capital, do livre mercado e da contenção dos investimentos públicos, principalmente na área da educação. A responsabilidade sobre o ensino formal deixava de ser exclusividade do Estado, um direito básico inalienável e tornava-se uma mercadoria, concedida a iniciativa privada. Deste modo, a privatização concluiu o circuito do ajuste.

O máximo de mercado e o mínimo de Estado. O ponto crucial da privatização [é] o processo do Estado de desfazer-se do patrimônio público, (...) e, sobretudo, diluir, esterilizar a possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. O mercado passa a ser o regulador, inclusive dos direitos (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 106).

O final da Guerra Fria e da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética inaugurou uma nova perspectiva política e econômica. Como foi visto anteriormente, creditar este fato específico como o início da globalização é algo simplista, pois o mesmo possui raízes históricas profundas ligadas à evolução do capitalismo e da sua necessidade de expandir-se.

Porém, com a queda do muro de Berlim as ideologias empregadas pela União Soviética deixaram de ter sentido contundente e contrário ao bloco capitalista, comandado pelos Estados Unidos. Nesta nova emergência, os valores capitalistas alimentados pela batalha contra o comunismo precisavam agora ser ressignificados, bem como o seu nível de persuasão.

Portanto, o fim da Guerra Fria ocasionou uma crise de identidade geopolítica e social, acarretada pelo fim da Guerra Fria. Com o declínio do socialismo, não há mais um inimigo a combater. Portanto, foi necessária uma nova ideologia. O traçado histórico demonstrado até aqui, do imperialismo rumo ao neoliberalismo, agora toma outra forma, ou melhor, outra conceituação, a globalização. Essa nova conjuntura exige um rearranjo das forças produtivas do capitalismo e uma nova maneira de impor suas ideologias pelo mundo, sempre em busca do mesmo objetivo: lucro, auferido através da expansão dos mercados, dos consumidores e das matérias primas.

Globalização: fatos e mitos

Agora, considera-se necessário apontar algumas bases teóricas sobre este período amplamente conceituado como “globalização”, caracterizando-o, refletindo e questionando este processo, como fenômeno econômico, político, social e cultural. Após este levantamento, se arguirá sobre a representação da globalização como um mito, envolta num conjunto de ideologias e ceticismos oriundos das transformações e pretensões capitalistas do final do século XX.

Num primeiro momento, reporta-se a constatação de Vergopolus (2005, p. 25), ao retratar a conjuntura em que se empreendeu a globalização:

Nas duas últimas décadas do século XX, nasceu o teorema da globalização, logo adotado em nível planetário como uma referência que justificava questionar a coesão das sociedades e o nível de vida das populações. Sem oponentes de peso, o teorema impôs-se rápido graças ao vazio ideológico e político resultante não só do esgotamento histórico das ideologias da esquerda tradicional e seus abusos, mas também do desmoronamento de toda experiência alternativa. As condições para impor o novo teorema mostram que ele não procede de uma

justaposição frontal contra outras ideologias, mas chega indiretamente, por falta e não por inversão, chega pela via da implosão dos adversários. Tal particularidade faz com que nossa época que se diz globalizada não tenha caráter próprio nem positividade, na medida em que prossegue seu combate contra objetivos ideológicos extintos, símbolos de um tempo que deixou de existir.

Segundo, Hirst e Thompson (1998) criou-se uma imagem muito poderosa sobre a globalização, que influenciou analistas e políticos. Sustentou-se a ideia da emergência de uma economia global em que as economias nacionais e suas estratégias internas de administração são irrelevantes. Nela, a economia mundial internacionalizou-se, sendo dominada por forças de mercado e comandada por corporações transnacionais que não devem lealdade a nenhum Estado-nação. Assim elas se estabelecem em qualquer parte do mundo em que a vantagem competitiva do mercado impere.

Porém, Batista Júnior (1998) observa que uma análise cuidadosa do desenvolvimento da economia internacional revela o quanto a ideologia da globalização possui alegações distorcidas, principalmente quando cria uma relação mecânica entre o avanço tecnológico (áreas como informação, computação e finanças) e a suposta tendência geral à supressão das fronteiras e ao desaparecimento dos Estados nacionais.

Chesnais (1996, p. 23) também esclarece sobre o assunto, desmistificando o tema ao averiguar como o seu termo foi cunhado:

O adjetivo “global” surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres “business management schools” de Harvard, Columbia, Stanford, etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas – o japonês K. Ohmae, o americano M.E. Porter – ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças a liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.

Para delimitar a discussão, minar certas dúvidas e delinear os apontamentos utiliza-se a assertiva de Hirst e Thompson (1998), sobre três fatos que ajudam a melhor analisar o tema da globalização: o primeiro é o reconhecimento da falta de um modelo ou padrão de uma nova economia global, que seja comumente aceito e que se torne referência para distingui-lo dos períodos anteriores da economia internacional; o segundo fato é, na ausência de um modelo claro para medir tendências contrárias, a aceitação fortuita e gratuita de exemplos de internacionalização de processos e setores como se estes fossem uma constatação do desenvolvimento de uma economia comandada por forças autônomas do mercado global; já o terceiro é a lacuna de fundo histórico, que viabiliza utilizar tendências atuais como mudanças sem precedentes, que persistirão por muito tempo, caracterizando-as como um retrato da globalização.

Sobre a lacuna histórica, acredita-se não ser possível negar que a internacionalização econômica desenvolvida nas últimas duas ou três décadas possui precedentes históricos, e foi justamente isto que se demonstrou até aqui. “Muitos dos fenômenos aduzidos para sugerir o advento de uma nova era constituem, na realidade, a retomada de processos e tendências bastante antigos (BATISTA JUNIOR, 1998, p. 129)”.

Já a utilização isolada de exemplos que identificam e caracterizam a globalização é algo extremamente novo ao debate, pois minimiza a discussão, simplifica a compreensão teórica e legitima um discurso amparado no senso comum. Reconhecer e delimitar a globalização vinculando-a apenas a alguns setores (industrial, tecnológico, transporte, etc) ou dimensões (políticas, culturais,

sociais, etc) não deve ser empreendido como um estudo totalizador e capaz de compreender a globalização, nos seus fundamentos mais importantes. Estes estudos, pesquisas, notícias e reportagens congregam uma visão muito bem explicada por Frigotto e Ciavatta (2003, p.102):

Há uma predominância da realidade fragmentada, como se toda ela fora feita de partes que se combinam e se desprendem para novas combinações aleatórias, como é possível fazer com um conjunto de imagens fotográficas em que cada unidade é vista separadamente, abstraída do contexto que lhe dá o significado, que explica sua gênese e sua particularidade histórica.

A clara avaliação sobre a globalização perpassa a adoção de um modelo, que possa caracterizá-lo e reconhecê-lo como uma nova fase da economia, que realmente muda as relações de poder dos Estados Nacionais. Sobre este modelo, Hirst e Thompson (1998) estabelecem dois tipos ideias, que ajudam a minar certas confusões analíticas e conceituais no estudo da globalização. São elas: uma economia internacional aberta; ou uma economia totalmente globalizada.

Uma economia internacional aberta é aquela em que os processos de intercâmbio ocorrem entre economias nacionais distintas. As relações internacionais são relevantes, mas ainda imperam as atividades econômicas internas. As decisões das empresas e dos governos são amparadas pelos ditames que acontecem em nível nacional. Nesse cenário, as interações são do tipo bola de bilhar: “acontecimentos internacionais não penetram ou permeiam direta ou necessariamente a economia interna, mas são refratados pelas políticas e processo nacionais (HIRST; THOMPSN, 1998, p. 23)”.

Uma economia totalmente globalizada é caracterizada por um alto nível de integração da economia, dos mercados e das atividades transnacionais, desvinculando-as de suas bases nacionais.

O sistema econômico internacional torna-se autônomo e socialmente sem raízes, enquanto os mercados e a produção tornam-se realmente globais. As políticas internas, sejam de corporações privadas, sejam de reguladores públicos, agora têm de levar em conta rotineiramente os determinantes predominantemente internacionais de sua esfera de operações. Enquanto a interdependência sistêmica cresce, o nível nacional é permeado e transformado pelo internacional (HIRST; THOMPSN, 1998, p. 26).

Diante destas duas distinções conceituais acredita-se que o que exista hoje é uma economia internacional aberta e não uma economia global, pois não é possível encontrar fundamentos que aleguem ou sugiram que, as mudanças decorrentes dos últimos 30 anos diminuam o poder dos Estados Nacionais. O reordenamento econômico vivido por alguns países da América Latina, por exemplo, dizem respeito mais a adequação as políticas de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, do que sobre uma nova fase da economia, que possa caracterizar-se como global.

É nesse sentido que, de agora em diante, se apresentam alguns argumentos que reafirmam a tese de uma economia internacional aberta e desmistificam a concepção de uma economia totalmente globalizada e incontrolável. A globalização está sempre vinculada à ideia de um contínuo e veloz fluxo de pessoas, mercadorias, conhecimentos e culturas, que são proporcionadas pelos avanços da tecnologia. Contudo, é necessário averiguar que este processo não é relativamente novo e não sucede apenas às três últimas décadas.

Alguns assuntos são tratados no ensino da geografia como resultados advindos desta globalização. No entanto, uma análise detalhada revela o contrário. No caso das migrações internacionais, por exemplo, é possível avaliar que o fluxo de pessoas hoje é muito menor que no início do século passado. Segundo Batista Junior (1998) naquela época, imigrantes obtinham cidadania com facilidade e passaportes eram raramente necessários. Dados demonstrados pelo autor (*ibidem*) mostram que entre 1870 e 1914, cerca de 36 milhões de pessoas emigraram da Europa e destes, dois terços foram para os EUA. Nesse período, se estima que a emigração da Índia e China foi ainda maior. Assim, se medirmos o número de trabalhadores que se deslocaram internacionalmente, o

grau de integração dos mercados de trabalho era muito maior no início do século do que é hoje. Isto revela um contraste notável com a dita economia “global” e “sem fronteiras”, em que imigrantes originários da América Latina, Ásia e África enfrentam severas restrições, são perseguidos ou até mesmos presos.

Ao referir-se sobre os transportes e as comunicações, se reconhece que atualmente houve um grande desenvolvimento nas tecnologias que empreenderam estes setores. Porém, o fluxo internacional propiciado por eles ocorreu nas décadas anteriores a Primeira Guerra Mundial, conforme afirmam Hirst e Thompson (1998), dizendo que entre 1870 e a Primeira Guerra, existiu um sistema econômico aberto, baseado em comunicações de longa distância eficientes (cabos submarinos telegráficos intercontinentais) e em meios de transporte industrializados (ferrovias e navios a vapor). Portanto, a economia internacional, possui no setor de transportes e comunicações, um sistema em escala internacional que possui mais de 100 anos.

Também é possível levantar argumentos contrários ao ineditismo vinculado à globalização, quando se relaciona-o a temas como fluxos econômicos e financeiros. Batista Junior (1998) observa que o nível de integração da economia internacional nas últimas décadas é comparável, e em alguns aspectos até menor, do que o verificado no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Segundo Hirst e Thompson (1998), vários estudos também avaliam que a mobilidade internacional do capital na década de 1970 é menor, do que a constatada em 1914. Para Batista Junior (1998), isto ocorre porque naquela época os fluxos financeiros cresceram mais rapidamente do que o comércio e a produção. Os fluxos de capitais não possuíam restrições formais significativas e o padrão-ouro¹ propiciava uma estabilidade cambial entre as nações mais avançadas, favorecendo a integração dos mercados.

Uma evolução histórica do volume do comércio exterior mundial é feita por Hirst e Thompson (1998, p. 43) demonstrando que ela

expandiu em torno de 3,4% ao ano, entre 1870 e 1913. Após 1913, o comércio foi adversamente afetado pelo crescimento das tarifas, restrições quantitativas, controles de câmbio e, depois, pela guerra, e expandiu, em média, menos de 1% ao ano, entre 1913 e 1950. No entanto, após 1950, o comércio realmente decolou para crescer mais do que 9% ao ano até 1973. Entre 1973 e meados da década de 80, a taxa de crescimento caiu, voltando a se aproximar dos níveis do final do século XIX e expandiu-se a uma taxa de apenas 3,6%.

Portanto, os processos e relações econômicas e financeiras que ocorrem atualmente não são tão novos como parecem ser e as oscilações percentuais nos crescimento das relações comerciais internacionais estão diretamente condicionados às conjunturas históricas que os ampararam.

No entanto, mesmo reconhecendo os fatos abordados até aqui, ainda há a percepção ou compreensão de que o processo de internacionalização da economia é um fenômeno das últimas três ou quatro décadas, e frequentemente ligados a processos inéditos do capitalismo. Esta confusão decorre do fato de que a integração alcançada no passado recente foi realmente muito importante quando comparada ao baixo grau de abertura das economias logo após a Segunda Guerra (KRUGMAN, 1996 apud BATISTA JUNIOR, 1998). Para Batista Junior (1998) a crise de 1929, as guerras mundiais, a adoção do planejamento centralizado, o protecionismo e o nacionalismo destruíram a economia internacionalizada. Isto ocasionou uma falta de entendimento sobre o processo de internacionalização do capital, como se fosse possível excluir ou não considerar certos períodos da história que são extremamente relevantes, para a análise e avaliação do tema da globalização na atualidade.

A avaliação de que a globalização não é um fenômeno novo, mas apenas um período dentro de um processo histórico mais longo é perceptível também quando a associamos aos ciclos econômicos do capitalismo. Schumpeter (1997) estudou os movimentos do capitalismo e o relacionou aos ciclos econômicos, classificando-os por ciclos de crescimento. Aqui julgou-se necessário relatar

¹ Segundo Eichengren (1994, p.59) o padrão ouro é, geralmente, considerado o epítome de um sistema monetário internacional estável. Entre 1880 e 1913, as nações industriais líderes mantiveram fixo o preço de suas moedas em termos de ouro. Por meio de arbitragens no mercado do ouro, essas políticas estabilizavam as taxas de câmbio. Enquanto se mantivesse a conversibilidade externa e não se colocasse obstáculo às remessas de ouro, as taxas de câmbio variavam no interior dos *gold points* (bandas em torno da relação entre preço doméstico e externo do ouro, definida pelos custos de remessa e de seguro).

dois: o Longo ou de Kondratieff (em torno de 40 a 60 anos) e o Médio ou de Juglar (entre 8 a 10 anos). Os ciclos longos acompanham o capitalismo desde o seu surgimento, enquanto que os ciclos médios estão associados à implementação do capitalismo industrial e somam-se algebricamente, constituindo-se assim nos Ciclos Longos.

Neste sentido, Wallerstein (2004) argumenta que é possível olhar a situação da globalização de maneira muito mais produtiva, quando analisada sobre esta perspectiva dos ciclos. Para ele, por exemplo,

o período de 1945 e os dias de hoje é o período típico de um ciclo de Kondratieff da economia-mundo capitalista que tem, como sempre, duas fases: uma fase A, ou curva, ascendente de expansão econômica, que neste caso ocorreu de 1945 a 1967-1973, e uma fase B, ou curva descendente de contração, que existe desde 1967-1973 até os nossos dias e que provavelmente continuará por vários anos (WALLERSTEIN, 2004, p. 54).

Araújo Junior (2003) soma a explicação afirmando que na fase A (ascensão) a economia está mais dinamizada e desenvolvida, enquanto que na fase B (depressão) ocorrem as maiores transformações políticas, econômicas, políticas, sociais e institucionais. A fase depressiva acarreta uma mudança na formação econômica e social, como efeito de um novo estágio de desenvolvimento da atividade produtiva.

A compreensão dos ciclos econômicos e suas fases de ascensão e depressão faz reconhecer as variações do papel do Estado e do mercado, ao longo da história. Isto se configura como um jogo de forças, no qual as condições econômicas ditam a necessidade de manter-se um Estado Liberal, em tempos de ascensão econômica, ou da criação de um Estado de Bem Estar Social, em momentos de crise econômica, social e política.

Nas fases A e B dos médios ou longos ciclos econômicos as condições e as conjunturas sociopolíticas dos países fazem engendrar um novo planejamento geopolítico, com a finalidade de manter ou desenvolver o mesmo sistema de submissão das nações desenvolvidas, para com os países periféricos aos centros de decisão da economia mundial.

É neste aspecto que se encontra a América Latina e especificamente o Brasil, no tema da globalização. No grande período de depressão, demonstrado por Wallerstein (2004) ocorre à concentração de capitais ocasionando a formação de grandes conglomerados empresariais. Estes por sua vez, inclusos num cenário de queda, estagnação ou pouco crescimento em seus rendimentos, acabam por buscar novos mercados consumidores. No Brasil, após, os anos de 1980, a inserção das empresas transnacionais e de seu capital financeiro aconteceu com algumas barreiras. O aparelho jurídico e estatal gerido durante a ditadura militar impedia o pleno desenvolvimento e abertura do capital privado internacional no Brasil. Além disso, o final dos anos 80 e início dos 90 veio acompanhado de transformações políticas e econômicas que, ao contrário do que esperavam os agentes econômicos da época, levaram o país a uma profunda recessão.

Portanto, a América Latina e o Brasil surgem, no período caracterizado como globalização, como áreas potenciais para exploração, dentro deste movimento de ciclos econômicos. As empresas estatais, criadas desde a década de 1950, foram sendo gradativamente privatizadas. Neste período, houve o desmonte de boa parte das instituições, autarquias e empresas estatais e principalmente a perpetuação de uma visão de modernidade ligada a isto. Houve também a alegação de que o Estado era desorganizado e incapaz de gerir com eficiência e eficácia o aparelho administrativo.

Assim, corrobora-se com a afirmação de Araújo Junior (2001) verificando que nos países desenvolvidos a participação do governo aproximou a iniciativa privada ao Estado, definindo setores que precisavam de proteção para aumentar sua competitividade interna e externa. Além disso, nestes países a participação do Estado foi primordial para desenvolver o seu parque produtivo, através da adoção de investimentos, políticas públicas, subsídios, incentivos fiscais, dentre outros. Assim, verificou-se que as políticas neoliberais não são aplicadas nas relações internas dos países

desenvolvidos. O neoliberalismo ocorre “para fora”, nas relações com os países periféricos ao sistema capitalista mundial. Neles configura-se a ideologia da globalização com a abertura de seus mercados, serviços e produtos.

A partir da discussão e do debate teórico construído até aqui é possível afirmar que foram reunidos argumentos plausíveis para considerar a ideologia da globalização como um mito. Sua conotação está amparada sobre as doutrinas neoliberais que, de alguma forma, renovam os valores, mas mantêm as mesmas ações nos planos econômicos, político e social.

A globalização só pode ser compreendida dentro de uma perspectiva histórica mais longa. Porém, só encontra-se sentido na plausibilidade do discurso da globalização porque o mesmo é exposto de maneira simplificada e distorcida. Contudo, não se pode deixar de vista o entendimento de que é justamente esta concepção que se queira perpetuar. Como sinaliza Batista Junior (1998) a globalização é um fenômeno ideológico nem sempre muito sofisticado, que serve no plano editorial, por exemplo, para vender jornais, revistas e livros superficiais e nos planos econômico e político, a apanhar países ingênuos e despreparados na malha dos interesses internacionais dominantes.

Ao reconhecer a globalização como um mito e uma fábula, assim como Santos (2001), Ianni (2008) e Batista Junior (1998), considera-se condizente propor outra conceituação para identificar este fenômeno de internacionalização da economia, que consequentemente influencia a sociedade em suas várias dimensões.

Diante disto, acredita-se que o conceito de “mundialização”, cunhado por Chesnais (1996), seja o mais representativo e alusivo para caracterizar as quatro últimas décadas do cenário econômico mundial. Segundo Chesnais (1996, p. 18):

Por pouco que se saia do campo da ideologia pura e se entre no campo de um enfoque científico, a palavra “globalização” ou “mundialização” representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Isto não apenas ao tocante ao conceito de capital, que dever ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada, hoje cada vez mais nitidamente comandada pelo capital financeiro. Aplica-se também a economia mundial, entendida como relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre Estados. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais.

O enfoque dado pelo conceito de mundialização possibilita uma ruptura das doutrinas levantadas pela globalização, ao reconhecer que os Estados nacionais não desfaleceram com a internacionalização da economia. Assim, um novo viés se abre, entendendo que este fenômeno que se diz global, na verdade, é heterogêneo. Ao assumir esta concepção altera-se a análise sobre as condições geopolíticas, econômicas e sociais existentes no mundo. Percebendo que não existe uma única força motriz ou uma tendência capaz de delimitar e impulsionar as decisões em escala global. O que existem são forças de poder localizadas que, em prol de seus desejos, metas ou reivindicações, estabelecem uma relação dialética em nível nacional e internacional. Outro exemplo é dado por Hirst e Thompson (1998), ao afirmarem que se pode imaginar em escala mundial um multiculturalismo, mas não é possível visualizar uma cultura global. Isto ajuda a derrubar a falsa e desconexa ideia da globalização em sua dimensão cultural e social. Neste sentido, pode-se concluir que existam características que identificam as pessoas e os Estados no processo de mundialização, mas, com certeza, são as diferenças que os qualificam.

Portanto, compreende-se a importância da discussão teórica sobre o tema da globalização, ao considerar que a mesma necessita de uma análise histórica para o seu conhecimento e de uma mudança conceitual, para mitigar certos “ranços” teórico-metodológicos, que o termo acabou criando. Isto também ocorre, quando o tema é abordado no ensino da geografia, carecendo assim de uma sistematização que delimite sua análise.

Procedimentos metodológicos

Antes da caracterização dos procedimentos metodológicos, vale destacar que o entendimento sobre a globalização proposto nesta pesquisa não foi usado como um parâmetro valorativo ou qualitativo sobre os professores e gestores entrevistados, mas como uma orientação teórica que auxiliou numa análise cientificamente construída e que necessita de confiabilidade para com o leitor e principalmente com a realidade estudada.

A pesquisa foi realizada em três escolas do município de Florianópolis, no ano de 2012. O critério de escolha das mesmas se baseou em selecionar apenas escolas estaduais, que possuísem em seu quadro funcional, no mínimo, dois professores de geografia efetivos que lecionassem no ensino médio. Tal parâmetro teve como intenção escolher docentes inseridos a realidade escolar de cada instituição, compreendendo suas particularidades. Segundo informação da Assessoria de Análise e Estatística da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, cinco escolas preencheram tal condição. Diante do tempo disponível para a realização do estudo, foram escolhidas três instituições, sendo elas: Instituto Estadual de Educação (IEE), Escola de Educação Básica Aderbal Ramos da Silva (EEBARS) e Escola de Ensino Médio Jacó Anderle (EEMJA).

Contudo, mesmo após contato com as referidas escolas verificou-se que alguns dos professores efetivos de geografia não estavam lecionando, pois ocupavam cargos administrativos, estavam afastados por outros motivos, não concordaram ou puderam, naquele período, participar da pesquisa. Diante do fato, a pesquisa abriu seus horizontes também aos professores Admitidos em Caráter Temporário, denominados de ACT. Isto, em certa medida, acabou não prejudicando o andamento da pesquisa, porque na prática verificou-se que alguns destes docentes já lecionavam como ACT na mesma escola há algum tempo. A localização das referidas escolas esta indicada na Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Localização das escolas pesquisadas no município de Florianópolis.



Em cada escola foram entrevistados dois professores de geografia e um membro do quadro funcional da direção, nomeado como gestor, perfazendo um total de nove pessoas entrevistadas. Vale ressaltar que os nomes e os dados dos entrevistados foram mantidos em sigilo e as informações foram tratadas em âmbito exclusivamente acadêmico.

A abordagem da pesquisa adotou uma estratégia qualitativa indutiva, na qual se privilegiou não a quantidade de escolas estudadas, mas sim o potencial de cada uma delas para facilitar a compreensão teórica do problema de investigação. Por ser uma pesquisa de caráter eminentemente qualitativo, o critério de seleção dos professores para a coleta de dados baseou-se nas escolas aonde estes atuavam. Isto ocorre porque cada escola tem liberdade para definir seu Projeto Político Pedagógico (PPP), que conseqüentemente repercute no planejamento do professor. Diante deste processo de seleção dos professores, acreditou-se em duas interpretações que acrescentaram o estudo: ele assumiu uma dimensão pedagógica e também colocou os docentes como atores deste processo de pesquisa.

Em consonância com a abordagem qualitativa indutiva, o estudo também assumiu um enfoque interpretativo dialético da realidade. Sobre as pesquisas que utilizam o método dialético Gamboa (2008, p.97) faz a seguinte consideração, que pode ser atribuída a este estudo:

Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o conflito das interpretações, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um interesse transformador das situações ou fenômenos estudados, resgatando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudança.

A coleta dos dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada, aonde o pesquisador organizou um conjunto de questões sobre o tema estudado, mas permitiu que o entrevistado falasse livremente sobre assuntos pertinentes ao tema principal (PÁDUA, 2004). A entrevista foi orientada num roteiro, com questões abertas e fechadas, aplicadas aos gestores e professores de geografia selecionados nas três escolas, entre os meses de junho e julho de 2012. De modo geral, os gestores foram questionados sobre as características dos alunos atendidos no ensino médio: onde residem, sua origem, nível de renda, nível de instrução dos pais e a participação dos mesmos. Os docentes também discorreram sobre esta caracterização dos alunos e, além disso, lhes foram perguntados os seguintes aspectos: seus conhecimentos sobre os parâmetros curriculares vigentes² o PPP de cada escola e de que forma os mesmos se relacionavam ao tema da globalização, no ensino da geografia; como entendem ou caracterizam nas aulas a temática da globalização e quais bases teóricas utilizam para tal interpretação; quais áreas do conhecimento utilizavam com maior frequência ao abordar o tema da globalização; quais conteúdos eram ministrados com maior regularidade pelos professores no ensino da globalização; as práticas de ensino mais aplicadas; se possuíam alguma dificuldade ao lecionar o tema e; a importância da temática da globalização para os alunos do ensino médio e qual retorno os professores obtinham dos alunos, após lecionar o referido tema.

Os fatores mencionados anteriormente fazem compreender que o foco principal da pesquisa foi a escola. Observa-se que, apesar de o professor ser o interlocutor e o mediador entre o conhecimento e o aluno, torná-lo o único responsável pelo ato educativo é um pensamento minimalista e desconexo da realidade educacional. Engendrado dentro da estrutura de ensino, o professor se vê rodeado de normas, regulamentos e leis que influenciam, por exemplo, na matriz curricular que ele trabalha e nos seus materiais didáticos. Além disso, a própria comunidade escolar (pais, alunos, professores e a sociedade) dá à escola uma característica singular e atribuem ao dia dia da mesma muita peculiaridade.

Conclusões

As conclusões desta pesquisa tem como resultado final a relação entre a fundamentação teórica e os resultados obtidos através das entrevistas. Desta forma, a análise se deu pela comparação das escolas estudadas, buscando elementos que evidenciassem suas semelhanças, diferenças, particularidades, desafios e/ou benefícios na tarefa de ensinar o tema

² Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM). Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC).

globalização, para os alunos do ensino médio.

Através das entrevistas junto aos gestores das escolas foi possível caracterizá-las revelando a inserção destas no espaço geográfico, reconhecendo as origens e as condições sociais e econômicas das comunidades atendidas em cada instituição. Assim, constatou-se que todas elas possuem características comuns como: a falta de identidade escolar, nível de renda semelhante dos alunos (classe média) e pouca participação e envolvimento dos pais. Estas informações não são novidades, mas apenas retratam as condições atuais da realidade educacional.

A análise das entrevistas dos professores representou a parte mais importante desta pesquisa. Mesmo não tendo um conhecimento atualizado sobre os parâmetros curriculares vigentes os docentes afirmaram que estes documentos possuíam um tipo de abordagem que privilegiava a realidade dos alunos nas aulas sobre a globalização, trabalhando-a em diferentes escalas de interpretação e enfatizando os aspectos locais. Esta compreensão é considerada um fator positivo, pois percebe-se que este é um entendimento balizado pelos docentes. A utilização de aspectos do cotidiano dos alunos foi considerada a melhor forma de abordagem do tema da globalização, ganhando concretude e significado na vida dos discentes.

A análise dos professores sobre o PPP não se mostrou muito diferente. Identificou-se que as bases filosóficas e pedagógicas dos PPP's orientavam-se pelos PCSC e seu enfoque sócio construtivista.. Assim, esta orientação filosófica e pedagógica também se revelou nos PPP's, aliando-se a realidade social, econômica e cultural de cada escola e definindo seus objetivos para a formação educacional do indivíduo. Novamente tal situação não foi suscitada pelos professores que, na maioria das vezes, elencavam o documento de forma superficial e abrangente, ligando suas reformulações as necessidades do mercado de trabalho ou as exigências do mundo globalizado. Compreende-se que o foco do professor ocorre principalmente no planejamento curricular, que é feito separadamente ao PPP. Contudo, a falta de conhecimento sobre o documento mais próximo a realidade da escola é algo preocupante que pode ser explicado pela falta de oportunidades de discussão do mesmo. As Gerências Regionais de Educação ao reduzir o tempo disponível para atualização do PPP, durante apenas uma semana pedagógica, acabam limitando aos gestores e professores os momentos de reflexão e proposição sobre o mesmo. Além disso, observa-se que o PPP é apenas uma das inúmeras responsabilidades assumidas pelos docentes dentro do ambiente escolar. Assim, uma análise mais profícua, qualitativa e totalizadora sobre o PPP de cada instituição só ocorrerá se for valorizada e possibilitada pelas instâncias administrativas superiores a escola.

A abordagem dos professores sobre a globalização acabou revelando diferentes concepções. Num primeiro momento houve o entendimento de que este tema é abrangente e conseqüentemente seu estudo se dilui em muitos conteúdos do ensino médio como a urbanização, industrialização, fluxos migratórios, conflitos internacionais, dentre outros. Posteriormente, cada docente atribuiu uma acepção variada à globalização, introduzindo-a como um fato assumido na vida dos alunos, como uma consequência histórica da evolução do capitalismo ou como um tema fortemente ligado as formas e padrões de consumo da atualidade. Independente do caráter teórico interpretado pelos professores, os mesmos concordam que a explicação sobre o tema da globalização perpassa, posteriormente, por uma análise crítica dos alunos, identificando os benefícios e as mazelas deste fenômeno na sociedade.

Além disso, constatou-se que o posicionamento dos professores sobre a globalização, se assemelhou, em parte, com a concepção defendida neste estudo, pois os docentes o abordaram a partir do desenvolvimento histórico do capitalismo. Contudo, o que ficou marcadamente identificado foi a indefinição teórica sobre o tema, pois não houve uma

característica preponderante defendida entre os professores, que pudesse caracterizar o fenômeno da globalização. Os mesmos identificaram muitos fatos que demonstraram os aspectos da globalização, mas acabaram tornando-se explicações específicas, pontuais ou isoladas que não se relacionaram entre si, não conseguindo responder concretamente o que seja a globalização. Todavia, é necessário reconhecer que esta é uma tarefa difícil, mas foi o objetivo e o exercício reflexivo proposto neste estudo.

As bases teóricas assumidas pelos professores ajudaram a compreender tal multiplicidade explicativa. O geógrafo Milton Santos foi mencionado pela maioria dos docentes, mas as referências aludidas ao mesmo resumiram-se a compreensão da globalização diante do período técnico-científico informacional. Outro quesito utilizado pelos professores em suas bases teóricas foi à abordagem econômica, mas nenhum deles citou o nome de algum autor ou teoria vinculado a esta área do conhecimento. Também foi identificado o uso de jornais, revistas e principalmente dos livros didáticos como um parâmetro teórico para a compreensão da globalização. Por fim, foi citada a geografia crítica com uma das formas de interpretação deste fenômeno, mas sem maiores explicações sobre o mesmo.

Deste modo, foi possível analisar que a variedade das bases teóricas utilizadas na interpretação da globalização tem como causa os seguintes fatores: os diferentes períodos e contextos na formação acadêmica de cada professor de geografia entrevistado; a forte influência das teorias de Milton Santos sobre a globalização, que conseqüentemente refletiram-se nos livros didáticos e; a amplitude como o tema é discutido no meio midiático e nas inúmeras áreas do conhecimento.

Contudo, é necessário lembrar que a globalização no Brasil foi algo extremamente divulgado e superficialmente discutido, a partir de 1980. Portanto, este ideal de um mundo inevitavelmente globalizado foi reconhecido pelas instâncias governamentais da época e perpetuado em todos os níveis da sociedade, dentre eles a educação escolar. Assim, direta ou indiretamente esta concepção neoliberal foi difundida nas escolas e no meio acadêmico e provavelmente atravessou e influenciou a trajetória profissional dos professores, contribuindo para o resultado apresentado.

Além disso, os professores foram perguntados sobre quais áreas do conhecimento utilizavam com maior frequência quando ensinavam a globalização. A proposição deste questionamento era elucidar como cada docente interpretava o tema. A área econômica foi preponderante e confirmou o entendimento de que a globalização é um fenômeno originado pelos fatores econômicos, que necessariamente influencia nas outras dimensões (culturais, sociais) atribuídas ao tema.

Já os conteúdos ministrados com maior frequência pelos professores no ensino da globalização mostraram a variedade de assuntos e a riqueza com que o tema pode ser trabalhado em sala de aula. Assim, avaliou-se a abrangência do tema e a premente necessidade de relacioná-lo com alguns períodos históricos como, por exemplo, a Revolução Industrial, a 1ª e 2ª Guerras Mundiais e a Guerra Fria.

As práticas de ensino utilizadas pelos docentes foram identificadas através dos recursos didáticos, da forma de exposição do conteúdo e dos critérios de avaliação explicitados na entrevista. O quesito mais diferenciado foram os recursos didáticos. No IEE, por exemplo, os ambientes de aprendizagem, como o laboratório de geografia, e os recursos disponíveis, como os Atlas e projetores multimídias possibilitam um variado e pleno desenvolvimento das aulas. Já na EEBARS e na EMMJA há um limite para reprodução de textos, pois existe uma “cota” para fotocópias por professor. Além disso, foram relatados problemas de infraestrutura, defasagem do acervo bibliográfico e dos equipamentos pertencentes aos laboratórios. Desse modo, também deve-se refletir sobre as condições de trabalho dos docentes, pois indicam os limites de atuação e proposição didática sobre o tema da globalização.

As formas de exposição do conteúdo e os critérios de avaliação utilizados são praticamente iguais, nas três escolas pesquisadas. De maneira geral, os professores usam a aula expositiva dialogada, a realização de tarefas, atividades ou pesquisas orientadas por um material de apoio (texto complementar, livro didático ou mapa) e avaliam seus alunos através da participação dos mesmos e das notas advindas das atividades e/ou provas realizadas. Há um esforço dos docentes em propor variadas formas de abordagem da globalização, trabalhando com aspectos do cotidiano dos discentes. Esta proposição teórica e metodológica foi apontada como a melhor forma de aplicação dos conteúdos, pois traz a tona a relação local global, a resignificação dos lugares e o papel ou funções dos alunos enquanto cidadãos críticos.

Os professores afirmaram não possuir nenhuma dificuldade no ensino da globalização, pois já possuíam experiência profissional e consideravam ter as bases teóricas e didáticas para a realização de suas aulas. Também foi observada a facilidade com que esse tema é lecionado, pois os assuntos pertinentes fazem parte da vida dos alunos. Assim, o ensino da globalização torna-se extremamente atrativo aos discentes e possibilita que a discussão sobre o tema seja mais representativa.

A importância do ensino da globalização para os alunos do ensino foi definida pelos professores da mesma forma, reconhecendo-a como um tema que ajuda a compreender o desenvolvimento do capitalismo, em diferentes escalas de análise (local, regional e global) e de interpretação. Assim, os discentes são estimulados a pensarem criticamente sobre sua realidade econômica, política, social e cultural.

Por fim, o retorno obtido dos alunos quando os professores lecionavam esta temática demonstrou o quanto o ensino da globalização é algo desafiador e instigante. Segundo os professores, este fenômeno está presente na vida dos alunos, mas os mesmos não conseguem assimilá-lo, pois como um dos docentes salientou “*os alunos já nasceram num mundo globalizado*”. Assim, eles não possuem parâmetros para discerni-lo com outros momentos históricos, sociais ou políticos. Diante desta situação, a abordagem do professor de geografia frente ao tema é primordial e define qual caráter crítico será utilizado e interpretado pelos alunos.

De maneira geral, não houve diferença significativa entre os parâmetros que orientam o ensino da globalização nas três escolas pesquisadas, pois a influência dos PCNEM, da PCSC, do PPP e da abordagem dos professores de geografia foi parecida. Os fatores que puderam diferenciar as práticas de ensino são as características das escolas e as condições de trabalho dos professores em cada uma delas. Porém, o que ficou marcado foi à variada gama de concepções sobre a globalização, que demonstrou a imprecisão teórica sobre o tema. Para os docentes, a globalização parece compreender diversos fatores, assuntos e/ou entendimentos, mas não é possível estabelecer vínculos que demonstrem as relações entre os mesmos e definam uma orientação ou tendência interpretativa frente ao tema.

Considerações finais

Durante esta pesquisa investigou-se como as escolas e seus professores de geografia entendiam e ensinavam o tema da globalização. Na busca por tais respostas o que se encontrou foram mais questionamentos, pois as opiniões divergentes acabaram não estabelecendo um consenso sobre o tema. Compreende-se que um olhar crítico sobre a globalização é salutar, mas antes mesmo de refletir sobre o mesmo é necessário delimitá-lo teoricamente, a fim de sustentar e fundamentar sua análise. Dessa forma, será possível estabelecer a influência deste fenômeno na sociedade, nos seus diferentes aspectos como, por exemplo, em âmbito social, político, econômico e cultural. Embasado nesta perspectiva e vislumbrando a globalização no ensino da geografia torna-se fundamental avaliar sua representatividade à realidade dos alunos.

O contexto histórico que originou o ideal de um mundo globalizado repercutiu significativamente na maneira como o tema é abordado nos documentos oficiais (PCNEM, PCSC), nos PPP's, nos livros didáticos e na atuação dos professores. Portanto, compreender esta análise conjuntural é crucial para uma visão totalizadora do fenômeno.

Na atualidade já não é possível encontrar a mesma importância aludida à globalização como nas décadas passadas. Os argumentos que sustentam sua veracidade e importância não se sustentaram. Diante da recente crise econômica internacional nos países desenvolvidos, o que se percebe é o papel crucial dos governos no ordenamento econômico, social e político. Efetivamente o “mundo não diminui de tamanho” e os Estados Nacionais não desfaleceram.

Referências

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. **A indústria de bens de capital no estado de São Paulo: da gênese aos problemas atuais**. Universidade de São Paulo, USP, Brasil 2003.

ARAÚJO JUNIOR, Aloysio Marthins de. O papel do Estado brasileiro frente ao processo de globalização. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru (SP), v. III, n. 20, set.-dez. 2001, p.42 – 49.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. Mítos da globalização. **Estudos Avançados**. Instituto de Estudos Avançados/USP, n° 52, set. 1998.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. **Caderno da dívida externa**, n. 69, PEDEX, São Paulo: Peres, 1994.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. CLAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 90: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n° 55, novembro/2001.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LÊNIN, Vladimir Ilitch, **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4º ed. Trad. Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

NASCIMENTO, Ronaldo Edson. **Milton Friedman e a história do pensamento econômico contemporâneo**. Editora Ferreira, 22/11/2006. Disponível em: < http://www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque12.pdf>. Acesso em: 18/09/2012.

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10ª ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ROCHE, Maurice. **Rethinking citizenship: welfare, ideology and change in modern society**. Cambridge: Polity Press, 1992.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, jul./dez. 2005.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. Volume II.

VERGOPOLUS, Kostas. **Globalização, o fim de um ciclo**: ensaio sobre a instabilidade internacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um marco do fundamentalismo neoliberal: Hayek e o caminho da servidão. **Comunicação & Política**, v.24, n.2. P.73-106. 2006.

WALLERSTEIN, John. **O declínio do poder americano**: os Estados Unidos em um mundo caótico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

Correspondência

Alan Fernandes dos Santos

E-mail: alanimarui@yahoo.com.br

Recebido em 02 de junho de 2014.

Revisado pelo autor em 24 de novembro de 2014.

Aceito para publicação em 25 de abril de 2015.